

OCUPAÇÃO TROUILLOT

ENSINAR E PENSAR PARA ALÉM DO SILENCIAMENTO*

Rogério Brittes W. Pires  

Universidade Federal de Minas Gerais

Julia V. Goyatá  

Universidade Federal do Maranhão

Rodrigo C. Bulamah  

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

É como se analisar fosse a terceira daquelas profissões “impossíveis”, em que de antemão se sabe que o resultado será insatisfatório. As outras duas, conhecidas há muito mais tempo, são educar e governar.

Sigmund Freud, “Análise Terminável e Interminável” ([1937] 2018).

Nessa famosa citação de Freud, refletindo sobre as técnicas psicanalíticas, o autor aproxima as práticas de análise (cura), de governo e de educação, ofícios nos quais o sucesso será sempre, na melhor das hipóteses, relativo, mas que ainda assim nunca devem ser abandonadas, e nos quais devemos insistir.¹ Paolo Lollo, em comentário ao texto freudiano, afirma que dedicar-se ao *métier* psicanalítico é, através da escuta, atender a uma espécie de convite: “responder a esse chamado significa aceitar uma tarefa pesada (*ministerium*) e seu mistério”. “Ouvir o chamado do sintoma”,

* Este texto é produto do projeto de pesquisa coletivo “Às margens e em torno das plantações: pensando a partir do Caribe”, financiado pela chamada CNPq/MCTI N° 10/2023 - Faixa B, coordenado por Marcelo Moura Mello, com participação dos três autores deste artigo e dos colegas Alline Torres Dias da Cruz, Carlos Gomes de Castro e Omar Ribeiro Thomaz. Agradecemos aos quatro pelos debates frutíferos e, em particular, a Marcelo pelo incentivo à elaboração deste texto e pelas sugestões que o enriqueceram.

1 Sigmund Freud, “Análise terminável e interminável” in Sigmund Freud, *Obras completas, volume 19: Moisés e o monoteísmo, Compêndio de psicanálise e outros textos (1936-1939)*, São Paulo: Companhia das Letras, 2018, pp. 159-188.

continua o comentarista, “pode levar certos sujeitos a empreender uma análise e, eventualmente, a fazer dela um ofício que, contudo, permanecerá, pelo menos sob certos aspectos, impossível”.² Depois de Freud, Lacan retoma a questão chamando a atenção para o fato de que esses três ofícios se fazem a partir de um “engajamento da palavra”, esta sempre um instrumento falho, já que nunca capaz de tocar completamente o “real”, que na teoria de Freud não diz respeito à realidade objetiva, mas à realidade do inconsciente e, em última instância, do desejo.³

Sem pretensão de nos havermos com a complexidade da teoria psicanalítica, essa passagem nos pareceu inspiradora para tratar da pergunta da qual partiu este texto escrito a seis mãos: como ensinar um autor como Michel-Rolph Trouillot ou como trazer suas ideias para as salas de aula de universidades no Brasil?

A tentativa partirá de reflexões ensejadas por nossa prática como professores, considerando todas as impossibilidades, mistérios e limites que existem na transmissão de qualquer saber, marcada pelas nossas próprias experiências e pelas de nossos estudantes, que a todo tempo transformam os pressupostos sobre os quais nos baseamos. Partirá, também, de nosso contato entusiasmado com o trabalho de um autor que estabelece uma relação interessante com a ideia de “impossibilidade”, ainda que de maneira muito distinta daquela levantada por Freud. Trouillot também fala sobre os limites do conhecer, sobre a palavra como instância representacional, sobre as fronteiras estabelecidas pelo saber e como estas conduzem a experiências concretas, mobilizando desejos e conformando experiências radicalmente desiguais. Refletiremos, pois, sobre duas dimensões da impossibilidade: falaremos sobre a impossibilidade e a insistência em educar e sobre como o impossível foi também mobilizado por Trouillot para pensar a escrita e a produção da história e suas consequências.

2 Paolo Lollo, “Os ofícios impossíveis e o chamado do real”, *Reverso*, v. 40, n. 75 (2018), pp. 15-24.

3 Lollo, “Os ofícios impossíveis”, p. 17.

O presente artigo se divide em quatro patamares de observação, distintas escalas do que chamaremos de “Ocupação Trouillot”: na primeira, refletimos sobre a sala de aula como espaço de ocupação; na segunda, descrevemos experiências com Trouillot em nosso ofício cotidiano, partindo do minicurso ofertado sobre o livro *Silenciando o Passado*⁴ na XV Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM) de 2025; na terceira, compartilhamos nossa leitura do livro – inseparável do processo de elaboração do minicurso; finalmente, na quarta, tecemos considerações finais e enfatizamos aquelas que consideramos serem as contribuições mais candentes de Trouillot para o tipo de antropologia que nos interessa. Buscamos ir além de uma leitura de Trouillot que enfoque demasiado a ideia de “silenciamento”, e demonstrar outras camadas de sua obra, apontando para narrativas-materialidades que ultrapassam dicotomias simplistas.

Ocupar espaços: (mais) uma semana com Trouillot

Foi em tom despretensioso, e relembrando os movimentos anticapitalistas que tomaram as ruas de várias cidades no fim da primeira década dos anos 2000, que Júlia Goyatá apelidou de “Ocupação Trouillot” o que fizemos durante a XV RAM.⁵ Estávamos os três vinculados ao projeto de pesquisa citado na nota 1 (*supra*). Marcada para acontecer entre 4 e 8 de agosto de 2025 em Salvador, e tendo os objetivos do projeto em mente, entre eles a leitura e a discussão de autores caribenhos em solo brasileiro, nos inspiramos nos 30 anos do lançamento da edição original de *Silenciando*

4 Michel-Rolph Trouillot, *Silenciando o passado: poder e a produção da história*, São Paulo: Cobogó, 2024 [1995].

5 Tais movimentos, que propuseram novas formas estéticas para os protestos de rua, tiveram sua expressão mais famosa com o *Occupy Wall Street*, em 2011, e nos próximos anos se espalharam pelo mundo, especialmente pela América do Norte, Europa e Austrália. Importantes antecedentes e movimentos paralelos incluem a Primavera Árabe e os protestos antiglobalização dos anos 1990. Ver: David Harvey, Mike Davis, Slavoj Žižek, Tariq Ali, Vladimir Safatle et al., *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*, São Paulo: Boitempo, 2012.

*o passado: o poder e a produção da história*⁶ para propor um conjunto de atividades que colocassem em cena o pensamento do antropólogo e historiador haitiano, objeto de recentes traduções no Brasil.⁷

Nesse sentido, entre fevereiro e julho de 2025 planejamos um conjunto de atividades inter-relacionadas para a RAM, em uma espécie de circuito inspirado pela obra de Trouillot. Seguindo com a metáfora da *ocupação*, organizamos um minicurso, intitulado “Silenciando o passado, 30 anos – pensar os mecanismos da história a partir do Caribe”; uma mesa-redonda, “Genealogias afro-atlânticas: Intelectualidade caribenha e as transformações recentes no mercado editorial” e um grupo de trabalho que acolheu pesquisas relacionadas ao tema “Historicidade e transformação em perspectiva antropológica”.⁸

Diante do desafio ao qual nos colocamos, passamos algumas semanas nos reencontrando com Trouillot e seu pensamento, relendo especialmente *Silenciando o passado*, o que rendeu reuniões de debate com

-
- 6 *Silenciando o passado* foi lançado no Brasil em formato digital pela Editora Huya em 2016 e foi reeditada em papel pela Cobogó em 2024. Omar Ribeiro Thomaz, um dos responsáveis pela edição do livro, sublinhou, na referida mesa-redonda, os vinte e um anos decorridos para o lançamento da primeira tradução em português, e mais oito para a edição impressa. A tradução em espanhol apareceu em 2017 e só em outubro de 2025 o livro foi traduzido para o francês pela Lux Éditeur, editora baseada no Canadá.
- 7 Além do livro, destacamos: Michel-Rolph Trouillot, “A região do Caribe: uma fronteira aberta na teoria antropológica”, *Afro-Ásia*, n. 58 (2018) [1992], pp. 197-232, ; Michel-Rolph Trouillot, “O estranho e o ordinário: o Haiti, o Caribe e o mundo”, *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, v. 17 (2020) [1990], ; Sidney Mintz & Michel-Rolph Trouillot, “História social do vodu haitiano”, publicado no presente dossiê. Complementando nossas leituras de Trouillot apresentadas no presente artigo, indicamos também as apresentações que fizemos para essas traduções: Marcelo Moura Mello & Rogério Brittes W. Pires, “Trouillot, o Caribe e a antropologia”, *Afro-Ásia*, n. 58 (2018), pp. 189-196, ; Rodrigo C. Bulamah, Júlia Vilaça Goyatá & Bethânia Pereira, “Para além do excepcionalismo: notas sobre ‘O estranho e o ordinário’ de Michel-Rolph Trouillot”, *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, v. 17 (2020), p. e17552, ; Júlia V. Goyatá e Flávia Dalmaso, “Vodu, Haiti, fantasmagoria e história”, publicado no presente dossiê.
- 8 Os trabalhos acolhidos no referido GT podem ser consultados nos anais do evento, disponíveis em: . Agradecemos às participações de Miguel da Cruz Almeida Rocha, Lucas P. Álvares, Aline Marcondes Miglioli, Sabrina Araújo Sobral Lima, Fritznel Honneur, Rogério Louvain Viana Filho, Beatriz Natiele dos Reis Sabino e Luana Rodrigues Nascimento, que muito enriqueceram nossas percepções sobre as inspirações que Trouillot oferece a distintas pesquisas e seus enquadramentos.

os colegas do grupo de pesquisa e da mesa-redonda. Durante o congresso, tivemos ainda a oportunidade de nos confrontarmos com Trouillot em sala de aula durante o minicurso e vermos as reverberações de seu trabalho nas pesquisas de alunos em distintas fases de formação. Além disso, discutimos como as traduções recentes de autores e autoras do Caribe nos ajudam a pensar comparações em diferentes escalas, outras genealogias e novas formas de superar silenciamentos persistentes. Trouillot, que tanto nos inspirou ao longo da nossa formação e em nossos trabalhos, foi, assim, objeto de uma semana de imersão e debates em salas de aula e espaços de troca que reuniram estudantes, pesquisadores e professores de diferentes partes do Brasil, do Caribe e da América Latina.

Ocupamos espaços e nos ocupamos de Trouillot e de seu livro, o que exigiu de nós um mergulho, a “impregnação” e o “amor” sobre a qual pondera o filósofo Gilles Deleuze ao falar sobre a atividade de ensino: “[Ao dar aula] é preciso estar totalmente impregnado do assunto e amar o assunto do qual falamos. Isso não acontece sozinho. É preciso ensaiar, preparar. É preciso ensaiar na própria cabeça, encontrar o ponto em que [...] é como uma porta que não conseguimos atravessar em qualquer posição”.⁹

Ou, para seguirmos os passos de Édouard Glissant, na frase que abre seu livro de conversas com o curador e historiador da arte Hans Ulrich Obrist: “Ensine; em outras palavras: aprenda”.¹⁰ É no sentido de compartilhar esse experimento – o nosso laboratório de (re)encontro com Trouillot e posterior transmissão desse saber, a tarefa amorosa salientada por Deleuze, o imperativo circular de Glissant e o impossível destacado por Freud – que este texto se direciona. Trata-se de compartilhar o que aprendemos com essa obra, o que nos parece ser fundamental nela – ou seja, nossa leitura posicionada do livro – bem como as formas de transmiti-la e abordá-la em sala de aula (em bancas, orientações e outras atividades

9 Gilles Deleuze, “P de Professor” in Claire Parnet, *O abecedário de Gilles Deleuze*, série de TV dirigida por Pierre-André Boutang (1988). Transcrição disponível em: [📄](#). Acesso em: 20 nov. 2025.

10 Édouard Glissant & Hans Ulrich Obrist, *Conversas do arquipélago*, Rio de Janeiro: Cobogó, 2023, p. 13.

acadêmicas) a partir de nossa experiência como professores de três universidades públicas brasileiras onde temos também, em nossos contextos regionais, buscado trabalhar com Trouillot em nossos cursos regulares.

A sala de aula como ocupação

Quem trabalha com antropologia em universidades brasileiras, onde há pouquíssimos cargos exclusivos para pesquisador, provavelmente passa metade ou mais de suas horas de trabalho em atividades de ensino – especialmente de graduação.¹¹ Entretanto, apesar dos crescentes esforços nesse sentido, são menos valorizados na produção antropológica os trabalhos sobre as dimensões da atividade didática.¹² Um exemplo corriqueiro disso é como o espaço para registrar disciplinas ofertadas na plataforma Lattes é escondido e difícil de visualizar. É como se – para usarmos o vocabulário de Trouillot – em um mecanismo de *rasura*, tudo se passasse como se não déssemos aulas ou, em um mecanismo de *banalização*, fingíssemos que a sala de aula é apenas um meio para um fim mais grandioso: a realização da pesquisa e a elaboração teórica.

Qualquer pessoa que tenha se dedicado a organizar um bom curso de graduação e pós-graduação, seja de história da antropologia, métodos qualitativos ou relacionado a um tema de interesse de pesquisa, sabe o quanto

11 Daniel Simião, “Introdução” in Daniel Simião e Bela Feldman-Bianco (orgs.), *O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios*, Rio de Janeiro: ABA, 2018, pp. 9-28. p. 21, .

12 Isso não quer dizer que esses esforços não existam, e nem mesmo que sejam escassos. Segundo Vega Sanabria e Duarte, “o ensino de antropologia [...] tem sido objeto de interesse desde os primórdios da disciplina no país e tem sido fundamental no seu processo de institucionalização e reconhecimento público”. Porém, a reflexão sobre o ensino de antropologia na antropologia tendeu a centrar-se na história da institucionalização da disciplina: “por um lado, tal tratamento lhe garantiu desde cedo sua incorporação na agenda de discussões dos antropólogos no país, por outro, tem-no fadado a uma posição analiticamente subordinada, dificultando sua compreensão como um objeto de estudo por direito próprio”. Guillermo Vega Sanabria & Luiz Fernando Dias Duarte, “O ensino de antropologia e a formação de antropólogos no Brasil hoje: de tema primordial a campo (possível) de pesquisa (antropológica)”, *BIB*, n. 90 (2019), pp. 1-32. pp. 3, 12-13, .

o relativo silêncio sobre o ensino é falacioso. Os momentos que se situam entre a preparação de uma aula, a aula em si, e seu fechamento posterior, talvez sejam aqueles em que mais aprendemos sobre o nosso ofício, praticando uma série de atividades metodológicas e reflexivas fundamentais: sistematizar um conjunto de textos, lê-los com a atenção de quem antecipa as questões de estudantes – pesquisando assim os dados mais tangenciais referentes à obra a ser abordada, criando glossários para os conceitos inusuais, cotejando detalhes de tradução, relacionando ideias de um autor com outro –, surpreender-se com as colocações inesperadas, que frequentemente redirecionam o debate e nos fazem repensar não só teorias, mas as estratégias da aula, o uso de certos textos, a forma de conduzir atividades.

Não se trata de diminuir aqui a importância da prática de pesquisa, mas de salientar a sala de aula como laboratório. Compare-se com quanta tinta já correu em torno das reflexões sobre o trabalho de campo antropológico, entendendo-o muitas vezes como rito de passagem, bem como sobre a relação umbilical entre antropologia e etnografia, as formas de escrita e as implicações políticas de escrever sobre a cultura. Nosso ponto não é dizer que inexistam discussões sobre os diversos aspectos do ensino, das práticas pedagógicas e da formação de profissionais na antropologia.¹³ É que ainda é possível formar-se antropólogo sem discutir a sala de aula enquanto dispositivo – mas não sem discutir trabalho de campo, mesmo que saibamos que nem todo antropólogo faça trabalho de campo e que praticamente todos dão aulas. Apenas queremos fazer coro aos que chamam atenção para “a” sala de aula (tanto quanto “o” campo ou “o” gabinete”)

13 O campo de contato entre a antropologia e a educação tem uma ampla história, se pensarmos nas múltiplas abordagens antropológicas da aprendizagem e socialização e dos esforços em pensar a diversidade de experiências escolares e de aprendizagem. Autores como Gusmão, Schweig e Vega Sanabria e Oliveira mostram como são múltiplas, ainda que nem sempre simétricas, as relações entre antropologia e educação. Neusa Maria Mendes de Gusmão, “Antropologia e educação: um campo e muitos caminhos”, *Linhas Críticas*, v. 21, n. 44 (2015), pp. 19-37, [DOI](#); Grazielle Ramos Schweig, “Etnografia, colaboração e experimentação: apropriações e interferências entre ensino e pesquisa”, *Revista Antropolítica*, v. 54, n. 3 (2022), pp. 323-345, [DOI](#); Guillermo Vega Sanabria & Amurabi Oliveira, “Teoria, história e ensino da antropologia”, *Revista Antropolítica*, v. 54, n. 3 (2022), pp. 169-186, [DOI](#).

enquanto espaço-tempo de encontro, onde as ideias se formam em sua potência dialógica, criativa e coletiva.¹⁴

É nessa direção que a sala de aula pode ser pensada como *ocupação*, em sua dimensão estética e política. Como comenta Julia Di Giovanni¹⁵ em sua pesquisa sobre protestos antiglobalização, a ocupação pode se realizar de forma tática e lúdica, como uma “arte do impossível”, ressoando novamente Freud. Ao falar das ocupações de 2011 na Praça Tahir, no Cairo, e no distrito financeiro de Nova Iorque, a antropóloga retoma algumas interpretações sobre as formas de ação política que passaram a predominar a partir dos anos 1990 e chama a atenção para sua dimensão artefactual, isto é, para como esses protestos, a um só tempo estéticos e políticos, tiveram uma dimensão artesanal na criação de acampamentos e de formas de vida temporárias que se tornaram espaços liminares, orientados à experimentação e à imaginação.¹⁶ É justamente para o caráter ritual, artefactual e experimental, do espaço de aprender-ensinar, que

14 Schweig resume bem: “se muito se fala sobre a constituição de um campo da ‘antropologia da educação’, há pouco espaço para uma ‘educação da antropologia’, ou para conceber antropólogos como educadores. Nesse sentido, pode-se dizer que existe uma tendência a uma opacidade, um não dito, a respeito das relações de ensino-aprendizagem e de transmissão do saber-fazer antropológico, o que ocorre em duas dimensões: pela pouca relevância que tem o ‘ensino’ como objeto de pesquisa na Antropologia; e pela pouca reflexividade (e naturalização) que recebe a prática da docência no cotidiano profissional de antropólogos e antropólogas que, muitas das vezes, também educam”. Grazielle Ramos Schweig, “O experimental e a experimentação no debate sobre educação, ensino e antropologia”, *Ilha – Revista de Antropologia*, v. 26, n. 1 (2024), pp. 12-31. p. 16, . Ver também Renzo Taddei & Ana Laura Gamboggi, “Educação, antropologia, ontologias”, *Educação e Pesquisa*, v. 42, n. 1 (2016), pp. 27-38, .

15 Julia Ruiz Di Giovanni, *Artes do impossível: protesto de rua no movimento antiglobalização*, São Paulo: Annablume/FAPESP, 2012; Julia Ruiz Di Giovanni, “Artes de abrir espaço: apontamentos para a análise de práticas em trânsito entre arte e ativismo”, *Cadernos de Arte e Antropologia*, v. 4, n. 2 (2015), pp. 13-27, .

16 Para falar dos movimentos políticos de ocupação, Di Giovanni recupera as formas de protesto antiglobalização que nos anos 1990 envolveram a criação de Zonas Autônomas Temporárias, isto é, a “tomada de edifícios, bairros, ruas e praças durante os protestos, em que se tornara central ideia de que o objetivo mais imediato de uma manifestação é a liberação provisória de um espaço das ordens político-culturais que o determinam”. Essa “espécie de irmã mais velha da ocupação”, segundo a autora, “aponta para uma forma essencialmente inacabada da ação social, mas não traça fronteiras: não é um lugar, mas um modo de fazer. Como na definição de tática proposta por Michel de Certeau, estamos no universo da ação que nunca encontra um terreno próprio, a que nenhuma delimitação de exterioridade garante condições de autonomia”. Di Giovanni, “Artes de abrir espaço”, p. 19.

queremos chamar a atenção, usando o caso do minicurso sobre *Silenciando o passado* para refletir sobre questões mais amplas tais como a própria teoria de Trouillot, sua recepção no Brasil, seus usos e desusos e a importância que sua obra tem para a reflexão em antropologia.

Não sem motivo, um dos trechos que nos inspira a pensar a sala de aula como ocupação, e Trouillot como um parceiro/alvo dessa ocupação, é a vinheta que abre o capítulo três de *Silenciando o passado*, intitulado “Uma história impensável: a Revolução Haitiana como um não evento”. Nessa vinheta – como em todas as outras histórias que introduzem cada capítulo do livro, e das quais falaremos mais adiante – Trouillot traz uma imagem propriamente etnográfica, um relato de observação, vivência ou memória recente que se contrapõe ao maciço material historiográfico com o qual trabalha no corpo do livro, lembrando-nos de que o passado não se separa do presente e muito menos dos horizontes de futuro. Na cena em questão, ele traz duas perguntas de alunas que o questionam em momentos distintos de sua trajetória como professor. A primeira o indaga sobre a validade de ler autores brancos, quando se estuda a experiência afro-americana. A segunda critica o enfoque dado por ele à escravidão no interior da historiografia negra, que, segundo ela, deixaria de lado a história e a experiência de pessoas negras bem-sucedidas. A conclusão – inconclusiva – é uma breve reflexão sobre o medo que o desconhecimento, a escuridão e a solidão de pessoas negras em ambientes universitários podem gerar e sobre as possibilidades de se conhecer mais histórias, pelos arquivos, que deixam lições dentro e fora das salas de aula. Ao final da vinheta, já introduzindo o capítulo analítico, ele salienta: “esta é uma história para jovens negros que ainda têm medo do escuro. Apesar de não estarem sozinhos, ela pode lhes explicar por que ainda sentem que estão”.¹⁷

As perguntas das alunas e essa formulação final de Trouillot nos fazem pensar em questões que também enfrentamos em nossas salas de aula, sobretudo em função das mudanças que vêm ocorrendo no ambiente acadêmico nas últimas décadas, especialmente desde a implementação

17 Trouillot, *Silenciando o passado*, pp. 123-125.

da política de cotas e de ações afirmativas.¹⁸ Essas transformações têm pressionado por formas de experimentação intelectual na universidade, sobretudo pela demanda de autoras e autores afro-diaspóricos que, como Trouillot, nos ajudam a refletir sobre os processos de silenciamento e racismo epistêmico produzidos pela história do Ocidente e que se refletem nas múltiplas construções subjetivas e existenciais daqueles que ocupam os cursos de graduação no Brasil.

Uma experiência coletiva com Trouillot

No dia quatro de agosto de 2025 éramos três professores e 22 participantes em uma sala de aula da Universidade Federal da Bahia. Entre estudantes de graduação, de pós-graduação e professores em atividade, a maioria era de antropólogas, mas não apenas.¹⁹ Em um evento de grandes proporções como a RAM (na qual foram ofertados 25 minicursos e 38 oficinas), em um horário não muito favorável (segunda-feira pela manhã, antes da abertura oficial do congresso, quando uma parte das pessoas ainda nem havia chegado a Salvador), nos surpreendemos com a sala cheia. Surpreendeu-nos ainda mais a resposta que deram quando, na rodada inicial de apresentações, perguntamos sobre contatos anteriores com a obra de Michel-Rolph Trouillot. Todos os presentes disseram já ter lido algo do autor.

18 A política de cotas raciais completou, em 2025, vinte anos de existência. Para mais detalhes e análises envolvendo os resultados do censo mais recente e dessa política, ver Márcia Lima & Luiz Augusto Campos (Orgs.), *O impacto das cotas: duas décadas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro*, Curitiba: Autêntica, 2025.

19 Os participantes do minicurso, a quem agradecemos desde já pela interlocução e interesse, e de quem obtivemos a autorização durante o minicurso para a posterior reflexão sobre nossas atividades, foram: Abigail Vale Rocha, Aline Barcelos Pereira, Amanda do Carmo Ribeiro, Barbara Crateús Santos, Beatriz Natiele dos Reis Sabino, Beatriz Jesus Rocha dos Santos, Caio Mattos Santos, Cecília Lisa Eliceche, Emiliano Jornbor Antonio João, Felipe de Melo Gomes Feitosa, Fritznel Honneur, Gabriel Henrique Pereira Andion, Gabriela Queiroz Santos, Igor Borges Cunha, Luana Rodrigues Nascimento, Luiza Moreira Cabral, Maria Marcelina Cardozo Teixeira Azevedo, Marla de Ribamar Silva Silveira, Miguel da Cruz Almeida Rocha, Rogério Louvain Viana Filho e Rosiane de Oliveira.

Talvez não fosse tão surpreendente assim, afinal, que pessoas que se matricularam em um minicurso sobre um livro já tivessem tido algum contato com seu autor. Mas há de se lembrar que, há menos de uma década atrás, quando nós três defendemos nossos doutorados e começamos a lecionar, nenhuma tradução de Trouillot havia sido publicada em português. Era difícil oferecer uma disciplina optativa sobre antropologia do Caribe exclusivamente em língua portuguesa e chamava a atenção a baixa frequência de abordagens de uma intelectualidade caribenha, bem como pouco se falava de sua relevância para cientistas sociais brasileiros, com a possível exceção dos estudos sobre campesinato.²⁰

Parte significativa dos inscritos na oficina já havia tido aulas conosco ou colegas, em universidades como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o que explica em parte o contato anterior com a obra do antropólogo caribeanista, já que temos trazido Trouillot para a sala de aula, seja em disciplinas de teoria antropológica ou sobre o Caribe. Nos espaços onde lecionamos, sempre nos chamou a atenção, ao discutirmos Trouillot, a empolgação de estudantes ao tomarem contato com o tema da Revolução Haitiana e seus impactos nas Américas, tema ainda pouco abordado nas salas de aula do ensino médio. Também em nossas experiências de orientação e participação em bancas, a indicação de Trouillot tem se mostrado bastante frutífera, com sua absorção nas monografias, dissertações e teses, especialmente no que tange

20 Destaque-se também como exceções certa historiografia da escravidão, em especial de verniz esquerdista, e os estudos afro-americanos no Brasil, que discutiram e publicaram autores caribenhos importantes como Walter Rodney, Eric Williams, C. L. R. James e Frantz Fanon, além de caribeanistas como Sidney Mintz e Richard Price. Essas leituras tiveram influência na antropologia que discutiu a política e a *plantation* no Brasil. A visão do Caribe como um solo fértil de movimentos anticoloniais, anticapitalistas e pan-africanistas pela academia e por movimentos sociais brasileiros em meados do século XX é um tema que mereceria mais atenção.

à sua discussão teórico-metodológica sobre as ambiguidades da história e as formas de abordar antropológicamente a historicidade.

A mudança de interesse dos últimos dez anos e que envolve o contato de uma turma de 22 estudantes com Trouillot se deve a um leque de motivos muito mais extenso do que teremos tempo de elencar aqui, e tampouco é esse o nosso objetivo. Mas é importante indicar alguns: a emergência de editoras de pequeno porte, possibilitada por novas tecnologias; o esforço continuado da diminuta geração de acadêmicas brasileiras interessadas no Caribe, das Ciências Sociais aos Estudos Literários, que nos precedeu e nos formou;²¹ e, sobretudo, os supramencionados efeitos das políticas de ações afirmativas que vêm mudando o perfil racial das universidades e da academia brasileiras, obrigando-as a repensar seus currículos e cânones.

Celebramos tais mudanças, mas esse não é o fim da história de Trouillot e de seus efeitos na antropologia brasileira. Ainda é cedo para dizer que o “efeito Caribe”²² tenha se estendido muito pela antropologia brasileira. Além de lembrado e traduzido, faz-se importante disputar a forma como ele é lido. Ocupemos também então as leituras de Trouillot, por assim dizer. O minicurso que realizamos teve esse intuito, que passamos a compartilhar adiante: primeiro, o de entender que a leitura de *Silenciando o passado* pode

21 É preciso dizer aqui da importância de figuras pioneiras como Olívia Gomes da Cunha, Lívio Sansone, Omar Ribeiro Thomaz, Federico Neiburg, Lilian Pestre de Almeida, Eurídice Figueiredo, Zilá Bernd e Maria Bernadette Porto que, em distintos espaços acadêmicos, começaram a ensinar e dar ênfase em seus trabalhos de pesquisa para os autores e debates caribenhos. Cabe lembrar também um aumento gradativo dos grupos de trabalho e simpósios temáticos dedicados ao Caribe em reuniões de associações profissionais. Na introdução da coletânea *Rotas Caribenhas* há um mapeamento dessa transformação nos últimos dez anos no Brasil para o caso da antropologia, fato acompanhado pelas políticas de fomento e internacionalização da ciência levadas a cabo especialmente pelos governos Lula. Cf. Júlia V. Goyatá, Rodrigo C. Bulamah & Rodrigo Ramassote, “Apresentação: Traçando rotas, mapeando destinos”, in Júlia V. Goyatá, Rodrigo C. Bulamah e Rodrigo Ramassote (Orgs.), *Rotas caribenhas: etnografia, mobilidade e conhecimento*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2024, pp. 15-34, .

22 Carlos Gomes de Castro & Claudia F. Bongianino, “Efeito Caribe: desestabilizando olhares, conceito e escritas”, *Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 15, n. 2 (2024), pp. 8–20, .

ser feita em distintos planos e escalas e, portanto, é relevante passar pela ideia de silenciamento como apagamento, mas não interromper aí a leitura, e ir além de uma primeira visão de seu trabalho que pode se deter em uma interpretação centrada na denúncia de um assujeitamento epistemológico. Segundo, é preciso reposicionar a obra de Trouillot nos movimentos de mudança paradigmática ocorridos na antropologia das últimas décadas, que levaram o autor a valorizar certas dimensões da experiência social e histórica, dando ênfase à inseparabilidade entre narrativas e materialidades, epistemologias e ontologias, e usando a história e o processo colonial como objetos fundamentais de investigação.

Além do silenciamento: história como narrativa e processo

Nas conversas finais do minicurso ofertado durante a RAM, uma das participantes, Marla Silveira, doutoranda em história e conexões atlânticas na UFMA, comentou com a turma que a reflexão realizada naquele dia a fez “ver o Trouillot para além do silenciamento”. Marla confirmou ali uma das hipóteses que tínhamos ao preparar o minicurso: a suspeita de que haveria uma leitura comum desta obra de Trouillot que dá excessiva ênfase aos elementos de denúncia – sobre como os mecanismos de poder resguardaram a história contada desde o Ocidente, ou, mais precisamente, desde o mundo Norte-Atlântico, em detrimento de tantas outras.

Decerto, tal denúncia – e a proposta de desvelar silêncios e os mecanismos simbólicos e materiais que os produzem – é chave em *Silenciando o passado*, que de início questiona o porquê de certas narrativas se tornarem tão poderosas a ponto de se tornarem história aceita.²³ Ao longo do livro, porém, a partir de casos exemplares, Trouillot se aprofunda nas dinâmicas que envolvem a produção dessas narrativas, buscando se afastar de uma análise puramente discursiva e enfatizando também os processos

23 Trouillot, *Silenciando o passado*, p. 39.

históricos em uma dialética narrativa-materialidade. Se, como ele destaca, contar uma história é sempre silenciar outra – e não é difícil entender quais foram as histórias silenciadas no alvorecer da modernidade capitalista – entendemos que essa é apenas uma primeira camada de seu argumento e, para segui-lo, precisamos ir além dessa constatação, abrindo outras portas. Importante dizer que suas elucubrações sobre a história são profundamente marcadas pelos instrumentos teórico-metodológicos oferecidos pela antropologia, disciplina que ancorou a carreira acadêmica do nosso autor.

Greg Beckett sugere que talvez o que tenha atraído Trouillot – que vinha de uma formação marxista, mais centrada em questões políticas – para a antropologia é o fato de que essa disciplina possibilita um questionamento profundo sobre as bases epistêmicas e ontológicas que sustentam a ideia de “Ocidente”.²⁴ Como notam Drexel Woodson e Brackette Williams, Trouillot tinha como projeto escrever uma obra que

[...] abarcaria do Renascimento ao presente, combinando uma crítica incisiva ao colonialismo europeu e ao capitalismo euro-americano com uma investigação detida das possibilidades da criatividade cultural e do desenvolvimento político-econômico de povos por vezes considerados objetos da história mundial ou marginais às suas principais correntes.²⁵

O que interessa a Trouillot é justamente entender a partir de quais mecanismos o Ocidente tornou-se o que é, e isso só seria possível através de uma reflexão de dentro da antropologia, uma ciência profundamente imbricada com o colonialismo e a invenção do que Trouillot chama de “compartimento selvagem” [*savage slot*]: essa fenda, esse lugar onde foi possível colocar todos aqueles e tudo aquilo que restou fora das fronteiras

24 Essa interpretação é compartilhada por Beckett em uma entrevista de 2022 no podcast *New Books Network*, em que divulga e reflete sobre um livro organizado por ex-alunos e orientandos de Trouillot na Universidade de Chicago: Yarimar Bonilla, Greg Beckett & Mayanthi L. Fernando (orgs.), *Trouillot Remixed: the Michel-Rolph Trouillot Reader*, Durham; London: Duke University Press, 2021.

25 Drexel G. Woodson & Brackette F. Williams, “In Memoriam Dr. Michel-Rolph Trouillot (1949–2012)” *Caribbean Studies* v. 40, n. 1 (2012), p. 156, .

do mundo ocidental capitalista e que ao mesmo tempo o tornou materialmente possível.²⁶

No artigo “North Atlantic Universals: Analytical Fictions, 1492-1945”, revisto e republicado como “North Atlantic Fictions” no último livro de Trouillot, *Global Transformations*, o autor resume essa proposta traçando uma comparação com o trabalho de Bruno Latour:

Em *Jamais fomos modernos* (1994 [1991]), Latour sugere que a “constituição moderna” do Atlântico Norte repousa sobre uma divisão entre poder científico, destinado a representar as coisas como elas são, e o poder político, destinado a representar os sujeitos como eles desejam ser. Latour vê a formulação dessa divisão (ciência/política, objeto/sujeito, natureza/cultura) como o sonho impossível da modernidade, uma vez que o mundo tão claramente dividido é, na verdade, feito de híbridos. Contudo, Latour admite, quase *en passant*, que a fé cega nessa divisão também torna os modernos invencíveis. Estou interessado nessa invencibilidade. [...] [Afinal,] se a modernidade é tanto a fé cega nessa narrativa quanto suas consequências globais, há muito tempo somos modernos, exceto que esse “nós” aqui não é apenas o Atlântico Norte, mas também as faces ocultas de uma modernidade necessária não só à hegemonia do Atlântico Norte – mas também à sua invencibilidade.²⁷

Aqui, a análise de Trouillot se expande para além da denúncia do silenciamento. A aposta em uma análise que recusa tanto os positivismos quanto os construcionismos – como a de Bruno Latour, diga-se de passagem – implica na proposta de considerar os efeitos da história e de sua produção, o que envolve olhar para o passado como uma posição e não como uma essência – preteridade (*pastness*) é a palavra que usa. É em uma “dialética de silêncios e menções”²⁸ que Trouillot está interessado, não apenas para dizer que os silenciamentos existem, mas para entender como

26 Michel-Rolph Trouillot, “Anthropology and the savage slot: the poetics and politics of otherness” in Richard G. Fox (ed.), *Recapturing anthropology: working in the present*, Santa Fe: School of Advanced Research Press, 1991, pp. 17-44.

27 Michel Trouillot, *Global transformations: anthropology and the modern world*, New York: Palgrave-Macmillan, 2003, p. 45.

28 Trouillot, *Silenciando o passado*, p. 93.

são produzidos e como funcionam na engrenagem da invenção do mundo ocidental moderno. Em um trecho célebre de *Silenciando o passado*, conclui:

Acolher essa ambiguidade, inerente ao que chamo de dois lados da historicidade, é a primeira escolha desse livro. A segunda é um foco concreto sobre o processo de produção histórica, em lugar de uma busca abstrata pela natureza da história. [...] Portanto, entre os extremos mecanicamente “realista” e ingenuamente “construtivista”, há uma tarefa mais séria: determinar, *não o que a história é* – um objetivo vão, se expresso em termos essencialistas –, mas sim *como a história funciona*.²⁹

Elemento fundamental para a compreensão desse aspecto é a relação de Trouillot com a teoria antropológica de seu tempo, profundamente marcada pelos debates do pós-modernismo (a coletânea *A escrita da cultura*, de James Clifford e George E. Marcus, fora publicada em 1986) bem como pelas chamadas teorias pós-coloniais, de grande impacto no mundo acadêmico estadunidense.³⁰ A crítica que Trouillot faz à noção de cultura e seus abusos explicativos, embora não esteja explícita em *Silenciando o passado*, certamente ecoa em seus trabalhos dos anos 1990. Como bem lembrou uma das participantes do minicurso, Luana Rodrigues Nascimento, mestranda em Arqueologia da UFMG, o diálogo possível entre Trouillot e Edward Said pode ser pensado a partir desse enquadramento crítico: a invenção de culturas homogêneas para os Outros, seja via Orientalismo³¹ ou excepcionalismo haitiano,³² é uma política de produção da diferença e da história que, mais que compreender esses territórios e suas socialidades, inventa uma forma localizada, específica e menos complexa, mas generalizável, de conhecê-los e, paralelamente, dominá-los.³³

29 Trouillot, *Silenciando o passado*, p. 65. Grifos nossos.

30 James Clifford & George Marcus, *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*, Rio de Janeiro: Papéis Selvagens/EdUERJ, 2016 [1986].

31 Edward W. Said, *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1979].

32 Michel-Rolph Trouillot, “O estranho e o ordinário”.

33 Colin Dayan, em texto de homenagem póstuma a Trouillot, reforça este ponto: “ele [Trouillot] sabia como uma palavra como ‘cultura’ poderia filtrar os fatos da história e da experiência. Ele começou – antes de qualquer outra pessoa, e de maneira maravilhosamente original e sempre apaixonada, mas não prepotente – a combater a virada

Uma possível chave de leitura de *Silenciando o passado* é suas já mencionadas vinhetas, breves demonstrações da ideia de preteridade. Cada uma se conecta com o texto do capítulo que as segue e com o livro como um todo. O prefácio do livro, por exemplo, é sobre como a história era assunto cotidiano em reuniões familiares, estando presente na mesa de jantar na casa dos Trouillot, nos debates entre seu pai Ernest e seu tio Hénock, articulando a história do Haiti com sua própria memória familiar. O capítulo um, no qual o autor apresenta de maneira mais bem acabada sua proposta teórico-metodológico, não tem uma vinheta propriamente dita, mas sua introdução gira em torno de uma ruína próxima da fronteira entre os Estados Unidos e o México que celebra a batalha do Álamo e as controvérsias em torno de seus significados, disputados por estadunidenses e mexicanos.

Na vinheta do capítulo dois, o autor descreve uma caminhada pelas ruínas da Cidadela do Rei Henry Christophe, no norte do Haiti, destacando elementos sinestésicos, como a luz e a textura do monumento e dando ênfase à materialização de um passado revolucionário narrado por tantos em seu país de origem. O autor não esconde a frustração ao imaginar, de antemão, uma experiência histórica transcendente durante a visita àquele suntuoso forte, algo que, de fato, fica muito aquém do esperado frente ao peso da materialidade daqueles indícios e seu caráter marcadamente imanente. No capítulo três, são as questões de suas alunas, que mencionamos anteriormente, que abrem a reflexão. No capítulo quatro, Trouillot passeia pelas avenidas de Lisboa, meditando sobre a construção espacial da cidade em relação às colônias portuguesas, o Ocidente e o mar. A frase que fecha esta vinheta é monumental: “o Ocidente não existe. Eu sei. Eu estive lá”.³⁴

No capítulo cinco, Trouillot descreve seu encontro com o Chichen Itzá, na península de Yucatán, no México, e reflete sobre a dificuldade de se conectar com aquela história e entender aquelas ruínas como apartadas

acadêmica para algo vago chamado ‘cultura pós-colonial’, que separava a análise acadêmica das especificidades da história, da política e da visão locais”. Colin Dayan, “Remembering Trouillot”, *Boston Review*, 18 jul. 2012. Disponível em: [↗](#).

34 Trouillot, *Silenciando o passado*, p. 177.

do presente e das pessoas às quais aquele passado pertence: “Eu havia prezado o passado, mas o passado não era a história”.³⁵ Finalmente, no epílogo, mais uma caminhada, desta vez em busca da estátua de Cristóvão Colombo desaparecida em Porto Príncipe depois da comoção social ocorrida durante a queda da ditadura dos Duvalier. Seu destino desconhecido, talvez atirado às profundezas da baía de Porto Príncipe, significa que Colombo foi apagado desse passado do Haiti?

Em todos esses casos, Trouillot lida com uma historicidade vivida: em conversas à mesa, na sala de aula, na tela do cinema, num destino turístico, nas ruas de uma cidade. Experimentada com efeitos diversos: por vezes, como fracassos ou dominação; por outras, como entendimento e participação – quase sempre como misto dessas e outras sensações. Mas sempre experienciada por alguém particular em algum lugar específico, através de seu corpo e sentidos, em encontro com materialidades diversas (o que inclui palavras e livros) e com suas ausências. Historicidade vivida, aliás, não só como testemunho de um passado, mas como algo que tem efeitos no mundo em que vivemos e que, por isso, torna aquele passado sempre uma posição.

Trouillot se dedica, no último capítulo do livro, a pensar na questão do público ao qual se destinam as narrativas históricas e, portanto, na finalidade de sua recuperação. Não só *como* produzir história, mas também *para quê* e *para quem*. Aborda o caso do empreendimento nunca realizado da Disney de construir um parque temático sobre a história dos EUA no estado da Virgínia onde, dentre outros assuntos, seria abordada a escravidão. Suas críticas ao parque não giram em torno da questão de exatidão empírica – o que ele chama de “fetichismo factual”, que acomete tantos historiadores acadêmicos. A reprodução da experiência da escravidão feita na Disney Virginia poderia ser totalmente “fiel aos fatos”, e até mesmo ser agonizante e desagradável. Porém, isso não seria o suficiente, pois o público consumidor (e quem lucraria com o empreendimento) seria um público norte-americano branco, ávido por se livrar da sua culpa branca. O parque responderia a um problema do presente – o drama de consciência

35 Trouillot, *Silenciando o passado*, p. 228.

dos brancos – sem se deparar com outros mais importantes: o persistente racismo da sociedade estadunidense, a responsabilidade ética de todos, a continuidade da escravidão enquanto trauma e a presença viva e seus efeitos nas violências cotidianas e estruturais vividas pela população negra nos EUA e nas Américas.³⁶ Trata-se do problema de como representar um fantasma, algo que não acabou, e que existe de outras formas – o que, aliás, retoma as perguntas das alunas na vinheta do capítulo três.

O ponto central do argumento de Trouillot é o aqui e o agora, como os eventos descritos se relacionam com sua representação pública num dado momento histórico e quais as implicações morais do trabalho de contar e produzir a história.³⁷ Saímos de um debate sobre o passado como *fato* (realidade fixa) ou como *narrativa* (disputa discursiva) para pensar o propósito e a dimensão moral do conhecimento histórico. Tanto a recusa do que chamamos hoje de “história pública” quanto as fórmulas de trivialização são objeto de escrutínio de Trouillot. Em suas palavras:

O valor de um produto histórico não pode ser discutido sem que se levem em conta o contexto de sua produção e o contexto de seu consumo [...] poucos historiadores acadêmicos teriam colocado o problema nesses termos; pois os historiadores acadêmicos são treinados para desconsiderar o mesmo ator que nem [o ensaísta William] Styron e nem o *New York Times* podem ignorar, o público.³⁸

Esse é um dos motivos, nos parece, pelos quais Trouillot se esforça para escrever um texto acessível, demonstrando um verdadeiro engajamento público com a responsabilidade ética do trabalho intelectual, falando não só

36 Trouillot, *Silenciando o passado*, pp. 234, 228.

37 A pensadora jamaicana Sylvia Wynter dedica-se a pensar a constituição do Ocidente de maneira distinta, mas convergente, com Trouillot, e também marca a continuidade dos dilemas étnico-raciais da América do Norte presente com uma história atlântica de longa duração, frisando a responsabilidade de nossas posições enquanto acadêmicos. Ver: Sylvia Wynter, “Unsettling the coloniality of being/power/truth/freedom: towards the human, after man, its overrepresentation – an argument”, *CR: The new centennial review*, v. 3, n. 3 (2003), pp. 257-337, [DOI](#); Sylvia Wynter, “Nenhum humano envolvido: carta aberta a colegas” in C. Barzaghi, S. Paterniani & A. Arias (Orgs.), *Pensamento negro radical: antologia de ensaios* (São Paulo: Crocodilo/n-1, 2021), pp. 71-104.

38 Trouillot, *Silenciando o passado*, p. 227.

com iniciados, mas com todos e todas que tomam a história em suas mãos.³⁹ Porém, como a ligação entre as vinhetas e os capítulos demonstram, nem sempre a simplicidade é sinal de obviedade imediata. Isso garante possibilidades diversas de leituras. Ao mesmo tempo, há níveis de abstração e de complexidade que ao longo do texto se revelam aos poucos. Ler *Silenciando o passado* é sair com a impressão de que o compreendemos, mas de que há sutilezas de seu argumento, que só se alcançam numa leitura mais vagarosa.

Para usarmos o vocabulário de Édouard Glissant,⁴⁰ nosso ponto aqui é devolver alguma *opacidade* a Trouillot. Seu texto, escrito em linguagem acessível, talvez à primeira vista deixe em alguns leitores a falsa impressão de pouca complexidade ou de se apresentar como uma espécie de cartilha, aplicável a distintos contextos de pesquisa. Em nossa experiência de sala de aula, Trouillot é muitas vezes entendido como um autor de mais “fácil” apreensão, diferentemente de autores como Bruno Latour, Marilyn Strathern, Sylvia Wynter ou Édouard Glissant, cujos textos de verniz mais literário e/ou com um linguajar conceitual mais hermético permitem que sejam classificados como autores “difíceis”, e que por isso merecem ser relidos para serem decodificados. Porém, enquanto comentadores, só há sentido ler Trouillot se dermos indicações acerca de como essas múltiplas camadas de seu texto relacionam-se com outras complexidades – e, portanto, outras *opacidades*.

Lembremos de como Glissant entende a tarefa de ensinar e aprender como algo circular. O escritor martinicano aproximava, por exemplo, o aprendizado de uma língua da tarefa da tradução literária:

39 Uma demonstração desse engajamento é a minissérie de televisão *Extermine Todos os Brutos*, de Raoul Peck, fortemente inspirada no trabalho de Trouillot. Série, aliás, que também temos usado em sala de aula, e que é abordada em entrevista com Raoul Peck que também compõe este dossiê. Note-se que Raoul Peck atribui coautoria da série a Trouillot, a Roxanne Dunbar-Ortiz e a Sven Lindqvist, por considerar os livros *Silenciando o passado*, *An Indigenous Peoples' History of the United States* e *Exterminate All the Brutes* os fundamentos de seu argumento. Esse foi, inclusive, um dos temas que tratamos na mesa-redonda “Genealogias afro-atlânticas”, da qual participaram Magdalena Toledo, César Sobrinho e Omar Ribeiro Thomaz.

40 Édouard Glissant, *Poética da relação – poética III*, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

O aprendizado e a tradução têm em comum o fato de que tentam devolver “transparência” ao texto. Isso significa que eles buscam erguer uma ponte entre dois tipos de opacidades: a de um texto posto contra um leitor iniciante para quem todo texto é difícil (caso da aprendizagem), e a de um texto que se aventura pelo possível de outro texto (caso da tradução).⁴¹

Efemérides e heróis

Há algo de irônico em termos decidido fazer nossa ocupação Trouillot – e na publicação do presente dossiê – partindo de uma efeméride relacionada a um livro que dedica um capítulo inteiro a criticar celebrações que têm a capacidade de se transformar em instrumentos de purificação. Como o 12 de outubro, Dia de Colombo, datas podem servir para trivializar o processo histórico (historicidade 1) enquanto mistificam a narrativa histórica (historicidade 2),⁴² removendo as ambiguidades e a pluralidade de pontos de vista sobre um evento: “A cronologia ocupa o lugar do processo. Todos os eventos são situados numa linha única, que conduz ao desembarque. Em segundo lugar, na medida em que processos interligados submergem numa continuidade linear, o contexto também se desfaz”.⁴³

As celebrações podem purificar, mistificar, “limpar” o quadro. Mas se inserem também num novo quadro – de outras celebrações de um Estado-Nação, de outras ocorrências dentro de um ano, de uma linha de tempo cronológica em um livro didático de história etc. “O vazio, no entanto, não fica vazio”.⁴⁴ Esperamos que nossa celebração de Trouillot e de seu livro sirva para complicar a história e nos colocar diante das ambiguidades – os múltiplos pontos de vista e narrativas sobre a história da antropologia. Trata-se de tornar visível ligações que não eram tão evidentes.

41 Édouard Glissant, *Poética da relação*, p. 145.

42 Trouillot, *Silenciando o passado*, p. 70.

43 Trouillot, *Silenciando o passado*, p. 181.

44 Trouillot, *Silenciando o passado*, p. 187.

Repensar os cânones disciplinares, identificar apagamentos e buscar um pluralismo epistemológico no modo de ensinar e aprender antropologia não deve ter como objetivo a invenção de novos heróis.⁴⁵

Lembremos que, no capítulo dois, Trouillot propõe uma releitura de eventos e narrativas-chave da Revolução Haitiana a partir da reconstrução de um personagem que, em geral, é tomado como secundário: Jean Baptiste Sans Souci. A rivalidade entre este e Henry Cristophe representaria uma oposição entre “congoleses” e “jacobinos”: de um lado, uma massa analfabeta, falante de crioulo, negra, praticante do vodu, e, de outro, uma elite letrada francófona, mulata, cristianizada. Para muitas das celebradas vozes da historiografia haitiana, como Alexis Beaubrun Ardouin, teriam sido os “jacobinos” que derrotaram os franceses, e não os “congoleses”. Uma das hipóteses avançadas por Trouillot no capítulo é a de que Cristophe teria construído seu palácio, de nome Sans Souci, no local em que teria matado o líder revolucionário Sans Souci, para se fortalecer magicamente – algo similar ao que ocorreu no império do Daomé, fundado pelo vitorioso Tacudonu sobre a barriga (*omé*) de seu inimigo morto, Dá.⁴⁶ Tal hipótese favorece a argumentação de que a Revolução Haitiana foi, ela também, uma revolução africana, demonstrando como a relação com o tempo e com a história do próprio Christophe não se adequaria de maneira simples à história linear ocidental.

Defendemos que o objetivo de Trouillot não é *apenas* o de criar um novo herói e assim afrocentrar uma história eurocentrada, mas pensar em como a história é mobilizada desde o presente. Na historiografia haitiana oficial da Revolução, haveria uma necessidade da elite letrada de apagar a “guerra dentro da guerra”, de não dar relevo ao fratricídio que ocorreu em paralelo à luta contra a escravidão, exaltando assim o aspecto heroico

45 Para além das iniciativas de traduções e editoriais, algumas já mencionadas neste artigo, há hoje um número grande de pessoas dedicando-se ao trabalho crucial de repensar a história da antropologia e das ciências humanas. Dentre elas, destacamos o site Vozes Negras na Antropologia [↗](#), de Messias Basques, o coletivo Retomadas Epistemológicas, da UFMG, e o projeto de pesquisa e extensão Ebó Epistêmico, da UFSC [↗](#).

46 Trouillot, *Silenciando o passado*, p. 116.

ou de epopeia da Revolução. Isso favoreceria a criação de uma unidade do “povo haitiano”, trivializando projetos divergentes que miravam outros futuros para o Haiti recém-liberto.⁴⁷ Porém, como lembra o cineasta Raoul Peck, quando *Silenciando o passado* foi escrito, no Haiti pós-Duvalier, a própria esquerda haitiana se via diante de uma nova guerra fratricida.⁴⁸ Nesse sentido, dar relevo a esses conflitos era particularmente importante para Trouillot naquele momento.

Para voltar aos tropos psicanalíticos e políticos com os quais iniciamos o texto, ocupar as salas de aula, os currículos e o mercado editorial com autores como Trouillot é uma forma de ação estética e política, contra uma narrativa eurocêntrica que inventou o Ocidente como centro do mundo e principal motor da história intelectual global. É reforçar fileiras, caminhar junto com movimentos que almejam analisar, curar, ensinar, aprender e talvez até mesmo governar (aqui no sentido de “influenciar”, não no de “comandar”), buscando sentidos e formas antes consideradas impossíveis, inviáveis, contra uma globalização cujo movimento “em flecha”⁴⁹ se apresenta como destino irrefreável. Apenas propomos fazê-lo dando atenção aos meandros teóricos do pensamento do autor, permitindo-se demorar-se em modalidades de engajamento teórico que não se interrompem com a ação política-estratégica de curto prazo e, portanto, cujas potencialidades ético-estéticas dilatam-se no tempo.⁵⁰

Na obra dramatúrgica de Aimé Césaire há duas peças acerca de figuras históricas que podem ser consideradas heróis pan-africanos e da luta anticolonial: a *Tragédia do Rei Christophe* e *Uma temporada no Congo*, cujos personagens principais são, respectivamente, Henry Christophe e Patrice Lumumba.⁵¹ Ambas prestam-se exemplarmente à tarefa de ocupar páginas e

47 Trouillot, *Silenciando o passado*, pp. 117-121.

48 Raoul Peck, “Prefácio à edição brasileira” in Michel-Rolph Trouillot, *Silenciando o passado: poder e a produção da história*, São Paulo: Cobogó, 2024, p. 10.

49 Édouard Glissant, *Poética da relação*, p. 35.

50 Cf. Saba Mahmood, *Política da devoção: o reavivamento islâmico e o sujeito feminista*, Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2025, pp. 342-348.

51 Aimé Césaire, *Textos escolhidos: a tragédia do rei Christophe; discurso sobre o colonialismo; discurso sobre a negritude*, Rio de Janeiro: Cobogó, 2022; Aimé Césaire, *Uma*

palcos, apresentando a um público amplo episódios que tendem a ser menos mencionados do que a “descoberta” da América ou a batalha do Álamo. Seus protagonistas são corporificações trágicas do processo de descolonização no qual se inserem como agentes. Lumumba, ponto de contato entre a geopolítica mundial e as aspirações e anseios do povo congolês, é vítima das engrenagens que teriam condenado a África a uma pós-colonialidade tão distante daquela idealizada. Christophe é possivelmente uma personagem mais interessante, por ser, de uma só vez, vítima e algoz, encarnando o simulacro da tirania contra a qual lutou. Ambas as peças poderiam ser frutiferamente analisadas à luz das discussões sobre a história – ou sobre a antropologia da história – propostas por Trouillot⁵². Os dois personagens ilustram o desconhecimento, a solidão e a escuridão que acometem suas alunas. Ao fim e ao cabo, não faz sentido tentar transformar Trouillot em uma espécie de Lumumba ou Christophe, nem mesmo em Sans Souci. Mais interessante é somar-se aos esforços de construir uma linha do tempo no qual todas essas personagens façam parte, encarando de frente sua natureza complexa e ambígua.

doi: 10.9771/aa.v0i72.71999

temporada no Congo, Rio de Janeiro: Temporal, 2022.

52 Cf. Stephan Palmié & Charles Stewart, “Introduction: For an anthropology of history”, *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, v. 6, n. 1 (2016), pp. 207-236, .